

O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: PENSANDO A PARTICULARIDADE DO ATENDIMENTO ÀS MULHERES NEGRAS

VANESSA PEREIRA DE ALMEIDA¹

PATRÍCIA RAMALHO GONÇALVES²

GABRIELLA DE SOUZA XAVIER³

Resumo: Este artigo trata do desenvolvimento de ações de um centro especializado de atendimento à mulher vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no que tange à articulação entre o enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres, que consiste no objetivo central deste, e o caráter particular que este fenômeno assume na realidade das mulheres negras. Realizado a partir de um estudo exploratório, o trabalho aborda as discussões referentes às questões de gênero e raça, no sentido de mostrar a importância do diálogo entre elas para desvendar a realidade de situações concretas específicas, tal como das mulheres negras, para a projeção de ações concernentes. Por último, o artigo apresenta quais os limites e as possibilidades na realização de atividades que contemplem as questões de gênero e raça no cotidiano deste equipamento público e projeto de extensão, como parte dos desafios do exercício da cidadania feminina no contexto de um país racialmente desigual como o Brasil.

Palavras-chave: gênero; raça; violência; direitos humanos.

Abstract: This article deals with the development of a specialized center of the woman tied to the Federal University of Rio de Janeiro, regarding the linkage between the fight against domestic violence against women, which consists of the central objective

¹ Graduanda do curso de Serviço Social (UFRJ) e extensionista do Centro de Referência de Mulheres da Maré Carminha Rosa (CRMMCR) vanessa.almeida.ufrj@gmail.com

² Assistente Social. Especialista em Políticas Públicas de Gênero e Direitos Humanos (UFRJ). patricia.crrmm@gmail.com

³ Mestre em Serviço Social (UFRJ) e Assistente Social do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas em Direitos Humanos (NEPP-DH/UFRJ). gabriella.crrmm@gmail.com

of this, and the particular character that this phenomenon takes on reality of black women. Held from an exploratory study, the work deals with the discussions relating to gender and racial issues, in order to show the importance of dialogue among them to uncover the reality of specific concrete situations, such as black women, for actions concerning. Finally, the paper presents what are the limits and the possibilities to carry out activities.

Finally, shows the limits and the possibilities in carrying out activities that address gender and race issues in everyday life of this equipment and extension project as part of the challenges the exercise of women's citizenship in the context of a racially unequal country like Brazil.

Keywords: gender; race; violence; human rights.

INTRODUÇÃO

O presente artigo expõe um estudo exploratório realizado no âmbito do Centro de Referência de Mulheres da Maré Carminha Rosa (CRMMCR) sobre a particularidade do atendimento às mulheres negras em situação de violência doméstica. O CRMMCR é um serviço integrante da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e também um programa de extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Está localizado no bairro da Maré, região que possui o maior acúmulo de moradores de baixa renda no município do Rio de Janeiro (CEASM, 2003).

Orientado pela Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (BRASIL, 2006), o CRMMCR oferece atendimento individual interdisciplinar as mulheres da Maré e seu entorno e promove ações globais de prevenção e enfrentamento à violência. As mulheres atendidas neste equipamento são em sua maioria negras e, uma vez que a violência de gênero não é um fenômeno abstrato ou natural, mas produzido e reproduzido socialmente, num contexto histórico determinado, a violência se expressa de maneira distinta mediante as condições dadas pela dinâmica das classes sociais e das questões raciais (ALMEIDA, 2007).

Nesse sentido, a partir do entendimento de que a violência sob a qual as mulheres atendidas no CRMMCR são acometidas transcende a questão de gênero, somando-se outras formas de opressão expressas no fato de serem

mulheres negras, buscou-se explorar quais as formas de intervenção que têm sido utilizadas para o enfrentamento desta problemática específica, através da análise dos relatos elaborados pela equipe à frente das atividades desenvolvidas no CRMMCR; aplicação de questionários ao corpo profissional deste programa de extensão (composto por técnicos, residentes e estudantes de graduação de diversas áreas), além da pesquisa documental e bibliográfica.

GÊNERO E RAÇA: DIÁLOGOS POSSÍVEIS

As discussões relativas às questões de gênero e raça guardam em si semelhanças no que diz respeito ao grau de hierarquização estabelecida por características, advindas de aspectos biológicos, através dos quais classificaram-se as diferenças da mulher em relação ao homem, assim como a identidade racial de distintos grupos humanos como inferiores, com base em avaliações fisiológicas e anatômicas (SILVA, 2012).

E embora saberes científicos como a genética, biologia molecular, bioquímica, etc. sejam capazes, na contemporaneidade, de fazer face aos pretensos fundamentos destas distinções, o sexismo e o racismo permanecem vivos e se expressam como ideologias geradoras de violência presentes nas relações sociais, em diversos espaços, seja no núcleo familiar, profissional, acadêmico e até mesmo institucional. Mesmo vivenciando-se uma tentativa de diminuição das desigualdades sociais, ainda permanecem padrões culturais determinados por uma classe dominante. Indicadores sociais em diversas fontes oficiais demonstram que, em diversos ângulos, perduram extremas desigualdades quanto às questões de gênero e raça no Brasil, seja quanto ao acesso à educação, à saúde, à moradia, à cultura e ao mercado de trabalho.

Os negros estão fortemente concentrados nas ocupações da indústria tradicional e nos serviços gerais, sendo que o acesso à educação é um dos principais fatores de produção dessa desigualdade. Entretanto, mesmo quando eliminadas as diferenças educacionais, os negros ainda apresentam desvantagens, principalmente no acesso às melhores posições ocupacionais, demonstrando que há uma distribuição desigual de indivíduos no mercado de trabalho e um dos fatores dessa desigualdade é a cor (LIMA, 2001, p. 152).

Com efeito, afirmar que o Brasil vive à sombra da escravidão diz respeito a uma estrutura racial advinda não só do passado escravocrata, mas também da forma com que as relações raciais se ordenaram após o processo de abolição

formal (FERNANDES, 1965), encoberta por um mito da constituição de uma nação racialmente democrática.

No processo pós-abolição, as mulheres negras seguiram trabalhando em múltiplos ofícios, desde as tarefas domésticas na casa dos ex-senhores, cozinhando, amamentando e criando os filhos daqueles, quanto atividades comerciais ligadas à alimentação, propiciando assim a sobrevivência de suas famílias, uma vez que os homens negros, ao perderem seus postos de trabalho devido ao fluxo de imigrantes europeus, foram subsumidos à marginalidade (RUFINO, 2010).

Entretanto, os movimentos negros, assim como os feminismos, ao se contraporem a essas noções mistificadas que se expressam no cotidiano como desigualdades concretas extrapolaram os limites das organizações tradicionais da esquerda no século XX, que sempre orbitaram em torno da classe, irrompendo as chamadas “políticas da diferença”, ao mesmo tempo em que perseguem o ideal político da liberdade (SCOTT, 2005).

Entender a realidade em suas diferentes clivagens implica analisar as determinações histórico-estruturais articulada às questões de gênero e às questões raciais. Essa interseção permite indagar a construção da representatividade feminina articulada ao racismo na construção da identidade da mulher negra, que, embora desde cedo, tenha a experiência de se auto-sustentar e atuar como pilar da família, a sociedade associa sua imagem às características pejorativas, ao ser frequentemente definida como “selvagem, perigosa, amoral e detentora de uma raça distinta, permitindo a submeter a todo tipo de violência” (CORREIA, 2013, p. 04).

Ante a essas circunstâncias, a fim de dar significado à luta e à experiência das mulheres negras ao longo dos anos, cujas especificidades não encontravam espaço de discussão, quer no debate feminista quer no debate antirracista, as feministas norte-americanas foram as primeiras a acentuarem e difundirem a intersecção das categorias de raça e gênero como um aspecto importante que marca as diferenças nas experiências de mulheres (HARAWAY, 2004).

Estas dimensões também foram recepcionadas pelas feministas negras brasileiras, como aponta Carneiro (2003), quanto à necessidade de enegrecer o feminismo no Brasil, visto que o feminismo tradicional diluía muitas de suas particularidades numa perspectiva universalista, por meio de um discurso voltado para a irmandade entre as mulheres, encobrendo diferenças fundamentais entre estas. É a partir da década de 1980 que as mulheres negras

brasileiras começaram a trazer para dentro do feminismo suas especificidades, advindas de uma questão estrutural da sociedade brasileira relacionada ao racismo, aprofundando-se desta maneira, os debates internos sobre a importância de se pensar a questão de gênero articulado à questão racial, considerando que racismo e o sexismo devem ser trabalhados juntamente.

Rodrigues (2013) resgata a extensa bibliografia sobre gênero e raça, na qual tem destaque os nomes de Luiza Bairros, Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Edna Roland, Jurema Werneck, Nilza Iraci e Matilde Ribeiro, entre outras mulheres negras. E a partir deste resgate autor sinaliza que:

o conceito de interseccionalidade, como foi originalmente formulado, permite dar visibilidade às múltiplas formas de ser mulher sem cair no reducionismo de um princípio unificador comum mas sem, contudo, resvalar para um relativismo que desloca as relações de poder envolvidas nas diversas formas de opressão, transformando-as em mero objeto de disputa discursiva [...] (RODRIGUES, 2013, p. 06).

Dessa forma, a noção de interseccionalidade contribui para tratar da realidade propriamente dita, auxiliando na compreensão das razões pelas quais são as mulheres negras que sofrem com menores salários, com maior índice de desemprego e exercem, em grande número, relações de trabalho informais, ocupando posições inferiores no mercado de trabalho, pois em sua maioria, ainda são as empregadas doméstica, lavadeiras, faxineiras, etc. Logo, são as trabalhadoras que saíram das atividades forçadas de uma sociedade escravocrata para os serviços menos qualificados e subalternizados da sociedade atual.

É nesse sentido que a busca por mudanças nesse quadro são pautadas por meio de políticas de ações afirmativas. Uma delas está expressa no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) do ano de 2008, elaborado de forma participativa por mulheres em conferências municipais e estaduais, sinaliza:

[...] são as mulheres negras que sofrem a mais pesada carga de discriminação, vivendo uma situação de dupla diferenciação: de gênero e raça/etnia. Esta interseccionalidade contribui para criar um ordenamento social que coloca no topo os homens brancos, seguidos pelas mulheres brancas, os homens negros e, por fim, as mulheres negras.

Na mesma direção, Werneck (2009) aponta outras estratégias que têm sido empreendidas pelas organizações de mulheres negras. Entre elas, a proposição de um eixo específico de atuação governamental – podendo estender-se

para as ações de todo o Estado e também para a sociedade civil – durante a II Conferencia Nacional de Políticas para as Mulheres, que incluiu um eixo específico no II PNPM de enfrentamento do racismo, do sexismo e da lesbofobia:

A partir da sua inclusão no II PNPM, este eixo passa a demandar de agentes públicos a compreensão mais ampla do fenômeno da subordinação das mulheres negras, ao mesmo tempo em que explicita as insuficiências das abordagens programáticas até então [...] Apoiando também o desenvolvimento de formas mais eficazes e eficientes de endereçar ações para os diferentes segmentos de mulheres que compõem a sociedade brasileira. (WERNECK, 2009, p. 133).

A EXPERIÊNCIA DE TRABALHO COM MULHERES NEGRAS NO CRMMCR

O acúmulo dessa discussão materializado no eixo nove do II PNPM vem, portanto, ao encontro da realidade específica do CRMMCR, que recepciona no conjunto de suas atividades as mulheres negras em suas particularidades, o que sinaliza para a importância de explorar formas de intervenção profissional eficazes diante desta interseção entre as questões de gênero e raça.

O estudo inicial realizado com a equipe do CRMMCR permitiu elucidar que, embora a maior parte dos profissionais e dos estudantes afirmarem não terem recebido formação acadêmica em suas áreas específicas (serviço social, psicologia, direito, pedagogia) sobre a articulação entre gênero e raça – alguns declararam que nem sequer tiveram matérias específicas sobre gênero durante o curso de graduação – essa problemática não passa despercebida nos espaços de atendimento do CRMMCR. Isso, porque as diferenças sociais, econômicas, culturais e psicológicas entre as mulheres que se declaram pardas ou negras e das mulheres que se declaram brancas é sinalizada por toda a equipe, que mostra a preocupação em tê-la como horizonte de suas intervenções profissionais.

Além disso, a natureza extensionista do CRMM-CR (que é o único equipamento da política pública brasileira para mulheres a ser operado por uma universidade em um micro bairro de uma favela do Rio de Janeiro) foi apontada pelo público da pesquisa como facilitadora da possibilidade de promover discussões e reflexões acerca das temáticas referidas, pela proximidade com a dimensão do ensino e da pesquisa universitárias.

Nesse sentido, no escopo das comemorações pelo Dia Internacional das Mulheres Negras da América Latina e do Caribe - Dia de Tereza de Benguela (25 de julho), a equipe de extensionistas preparou intervenções artísticas com murais e imagens de diversas mulheres negras no interior das instalações físicas do

CRMMCR e em outro momento foi promovida uma oficina de turbantes com as mulheres. O objetivo destas atividades consistia em marcar a importância de oferecer às mulheres atendidas neste equipamento visibilidade e referência à outras formas de beleza, no sentido de romper a invisibilidade das mulheres negras na história e também no seio do próprio meio institucional.

Embora a equipe tenha avançado na proposição de atividades que recepcionem algumas particularidades das mulheres negras, esta investigação aponta para a necessidade de se criar, nestes espaços de atendimento às mulheres, formação adequada acerca da questão de gênero articulada à questão racial. A possibilidade de experimentação de metodologias de trabalho que possam ser replicadas para outros equipamentos desta natureza sinaliza para a contribuição na formulação de políticas públicas capazes de contemplarem as necessidades específicas de um segmento da população brasileira, como é o caso das mulheres negras.

Para tanto, é necessário considerar as mulheres não como um gênero uniforme, com as mesmas características e formas de existência, mas sim atentar para as suas diferenças e particularidades. Considerando que as mulheres negras representam mais da metade da população negra e feminina do Brasil, a criação de estratégias de promoção da igualdade de gênero, aliada ao enfrentamento da violência contra as mulheres, deve contemplar as diferenças reais entre as mulheres, conciliando às políticas públicas as necessidades dessas mulheres, sejam elas, negras, brancas, indígenas, na perspectiva de buscar modificar o quadro de desigualdades, expresso no racismo e no machismo em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

- Almeida, Suely. S. *Violência de gênero e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.
- Brasil. *Norma Técnica de Uniformização: Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência*. Brasília. Brasília: Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006.
- Carneiro, Sueli. *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir da perspectiva de gênero*. UNIFEM. Disponível em: <<http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00000690.pdf>> Acesso: 31 de julho de 2014.
- Ceasm. *Quem somos? Quantos somos? O que fazemos? A Maré em dados: Censo 2000*. Rio de Janeiro: Maré das Letras, 2003.

- Correia, Ana Paula de Santana. *O estudo da violência de gênero e sua intersecção com raça e classe social*. In: FAZENDO GÊNERO10, 2013, Florianópolis (Anais eletrônicos).
- Crenshaw, K. *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*. Revista de estudos feministas, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.
- Fernandes, Florestan. *A Integração do Negro na sociedade de classes*. Dominus: São Paulo, 1965.
- Lima, M. *Serviço de branco, serviço de preto: um estudo sobre cor e trabalho no Brasil urbano*. 2001. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.
- Haraway, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu*, n. 22, p. 201-246, 2004.
- Rodrigues, Cristiano. *Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil*. In: In: FAZENDO GÊNERO10, 2013, Florianópolis (Anais eletrônicos).
- Rufino, Alzira. Violência contra mulher: um olhar particular. Disponível em: <http://www.casadeculturadamulhernegra.org.br/v1/alzira_artigos.htm#vio>. Acesso em: 25 de junho de 2015.
- Scott, J. O enigma da igualdade. *Estudos feministas*, vol. 13, n. 1, 2005.
- Silva, Dayse de Paula Marques. Mercado de trabalho e políticas públicas de gênero e etnia: em busca de um dialogo no campo dos direitos humanos. *Revista Praia Vermelha: estudos de política e teoria social*, vol. 22, n. 1, 2012.
- Werneck, Jurema. Mulheres Negras Brasileiras e os resultados de Durban. In: De Paula, Marilene & Heringer, Rosana (orgs). *Caminhos Convergentes: Estado e Sociedade na Superação das desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, ActionAid, 2009.